

OS IMPACTOS DA HETERONORMATIVIDADE INSTITUCIONAL NA SAÚDE MENTAL DA POPULA- ÇÃO LGBTQIA+

THE IMPACTS OF INSTITUTIONAL HETERONOR- MY ON THE MENTAL HEALTH OF THE LGBTQIA+ POPULATION

Alessandra Serrão Pimenta¹

Pedro Wilson Ramos da Conceição²

Resumo: A diversidade sexual por muito tempo foi definida como uma patologia, e apesar de não ser mais considerada doença, o preconceito e a estigmatização permanece presente, gerando consequências sociais, psicológicas e físicas. A sociedade é pautada em padrões que definem a heteronormatividade como o “normal” e a homossexualidade como “anormal”, embora esse pensamento seja refutado pelo meio científico, ainda possui uma forte expressão na sociedade, promovendo a segregação e violência contra os LGBTQIA+. O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da heteronormatividade institucional, predominante na sociedade, e suas implicações no processo de vulnerabilidade da saúde mental da população LGBTQIA+. O artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem

1 Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia

2 Orientador Professor Mestre do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia – UNIFACEMA

qualitativa e do tipo integrativa, viabilizando o aprofundamento do tema e o entendimento de conceitos fundamentais para o desenvolvimento do estudo. Os artigos analisados foram selecionados e incluídos na pesquisa, por serem artigos originais, revisões de literatura simples e sistemáticas. De acordo com os posicionamentos teóricos, os programas de saúde possuem um grande déficit relacionados a humanização da comunidade LGBTQIA+. Os padrões heteronormativos, perpetuados na sociedade, implicam no surgimento de atitudes discriminatórias, assim, é necessário o aparato de políticas públicas efetivas que possam garantir a saúde desses indivíduos, nesse sentido, há uma necessidade por um enfrentamento ao padrão heteronormativo presente nos serviços de saúde. Os assuntos aqui abordados têm como intuito estimular

mais pesquisas que fomentem a inclusão e a formação de políticas efetivas que aproximem a comunidade LGBTQIA+ de uma saúde pública de qualidade.

Palavra-Chave: Diversidade sexual; vulnerabilidade; LGBTQIA+.

Abstract: Sexual diversity has long been defined as a pathology, and although it is no longer considered a disease, prejudice and stigmatization remains present, generating social, psychological and physical consequences. Society is guided by standards that define heteronormativity as “normal” and homosexuality as “abnormal”, although this thought is refuted by the scientific community, it still has a strong expression in society, promoting segregation and violence against LGBTQIA+. This article aims to

analyze the impacts of institutional heteronormativity, prevalent in society, and its implications in the process of vulnerability of the mental health of the LGBTQIA + population. The article is a bibliographic research, with a qualitative and integrative approach, enabling the deepening of the theme and the understanding of fundamental concepts for the development of the study. The analyzed articles were selected and included in the research, as they are original articles, simple and systematic literature reviews. According to theoretical positions, health programs have a large deficit related to the humanization of the LGBTQIA + community. Heteronormative patterns, perpetuated in society, imply the emergence of discriminatory attitudes, thus, it is necessary to have effective public policies that can guarantee the

health of these individuals. In this sense, there is a need to confront the heteronormative pattern present in health services. The subjects discussed here are intended to encourage more research that fosters the inclusion and formation of effective policies that bring the LGBTQIA+ community closer to quality public health.

Keyword: Sexual diversity; vulnerability; LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da sociedade, a forma na qual o ser humano enxerga os outros indivíduos passou por diversas modificações. Doenças que antes causavam a exclusão de pessoas, passaram a ser tratáveis. As condições de vida melhoraram, através de instrumentos que facilita-

ram o cotidiano, como o acesso a água encanada, energia elétrica, internet, dentre outras. Crenças e costumes sofreram modificações, passando a não serem tão constantes, porém, ainda assim, continuam a serem difundidas.

Podemos apontar a discriminação e o preconceito, no qual a população LGBTQIA+ sofre, como uma perpetuação de costumes, que tratavam o diferente, dentro de uma normalidade pré-definida, como motivo de exclusão, onde mesmo o indivíduo sendo obrigado a cumprir com todos os deveres inerentes a todos, sofriam distinção quanto ao acesso a direitos básicos, como por exemplo o acesso a saúde. Existe historicamente uma série de movimentos sociais realizados por determinados indivíduos da sociedade, importantes na busca do reconhecimento a Direitos básicos, como por exem-

plo: mulheres, negros e população LGBTQIA+.

Apesar desses movimentos, que ainda acontecem, é preciso destacar que diversos direitos básicos, apesar de reconhecidos, não são assegurados. Um exemplo persistente de discriminação ocorre no sistema de saúde, seja ele público ou particular, o acesso a saúde é garantido por lei, sem que ocorra qualquer distinção, bastando apenas a condição de ser humano, e deve ser tratado de forma respeitosa e integral. Porém, na realidade, a população LGBTQIA+ não recebe esse aparato legal, onde sentem que os médicos não são orientados com relação ao atendimento.

Diversas pesquisas apontam o estigma que existe a comportamentos sexuais que divergem do padrão heteronormativo, como principais causadores de variados tipos de

discriminação, o que reflete de forma determinante em aspectos relacionados a saúde dessa parte da população, promovendo o surgimento de vulnerabilidades específicas e que possuem um alto potencial em causar sofrimento psíquico, além de servir como uma barreira ao cumprimento de conceitos basilares de uma sociedade justa, como os princípios da equidade, universalidade e integralidade.

Este trabalho é de suma importância, pois ao expor os efeitos gerados pelo padrão heteronormativo institucional, tão presente na sociedade, será possível a busca por métodos que possam diminuir o processo de vulnerabilidade da saúde mental no qual a população LGBTQIA+ sofre. Além de contribuir com pesquisas que tratam sobre o tema, proporcionando meios no qual a sociedade possa tratar a

diversidade sexual de forma mais justa e igualitária.

A pesquisa realizada, é de natureza qualitativa descritiva, o seu desenvolvimento ocorreu por meio do método de revisão de literatura, mediada através do debate de artigos coletados que tratam sobre os impactos da heteronormatividade institucional na saúde mental da população LGBTQIA+.

Durante a seleção do material, foram realizadas leituras com o objetivo de verificar a relevância com o tema proposto, sendo escolhidos os que se encaixaram nesse critério. A pesquisa visa apresentar conhecimentos vigentes sobre o tema, de forma revisada e atualizada.

Para a construção do estudo, utilizou-se a base de dados Google Acadêmico, LILACS, SciELO e CAPES, estabelecendo como critérios de inclusão: arti-

gos publicados entre 2012 a 2020; em língua portuguesa e por meio dos seguintes descritores: “Heteronormatividade institucional” “violência contra LGBTQIA+” “Saúde Mental da população LGBTQIA+” “Psicologia e diversidade”. O trabalho foi complementado com informações obtidas através de pesquisas em livros acadêmicos, como *Devasos no paraíso, a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, de João Silvério Trevisan.

Os artigos analisados foram selecionados e inclusos na pesquisa, por serem artigos originais, revisões de literatura simples e sistemáticas. Os critérios de elegibilidade foram: a procedência das revistas onde foram indexados, estudos com dados relevantes, ano de publicação e resultados atuais.

Os critérios de exclusão utilizadas foram: informações

incompletas ou desacreditadas, resultados defasados e/ou com referências ausentes e/ou incompletas.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da heteronormatividade institucional e suas implicações no processo de vulnerabilidade da saúde mental da população LGBTQIA+, que ocorrem em decorrência da heteronormatividade institucional predominante no meio social. A diversidade sexual por muito tempo foi definida como uma patologia, e apesar de não ser mais considerada doença, o preconceito e a estigmatização permanece presente, gerando consequências sociais, psicológicas e físicas. A sociedade é pautada em padrões que definem a heteronormatividade como o “normal” e a homossexualidade como “anormal”, embora esse pensamento seja refutado

pelo meio científico, ainda possui uma forte expressão na sociedade, promovendo a segregação e violência contra os LGBTQIA+.

A CONSTRUÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE INSTITUCIONAL

A construção da sociedade sofreu diversas influências ao longo dos tempos, variadas questões serviram para moldar o panorama social no qual as pessoas são inseridas, ditando regras, crenças e costumes. Com os avanços ocorridos, principalmente no campo das ciências, várias questões respaldadas na religião e moral foram modificadas, porém, algumas ainda persistem.

O pesquisador Stuart Hall (2006, p. 32) define as influências exercidas na sociedade por fatores decorrente dos costumes de cada época, na qual será

repassada como um ensinamento aos seus sucessores, que mesmo sem qualquer respaldo científico, terá a opinião formada sobre determinado assunto, de acordo com esse pensamento anteriormente difundido. A forma na qual o corpo humano é percebido mudou com o passar dos tempos, mesmo com o maior conhecimento adquirido por meio de estudos científicos, o fator cultural ainda exerce uma grande influência no comportamento das pessoas, principalmente relacionados a sua expressão/opinião.

Na idade média, conforme afirma Thomas Laqueur (2001), existia uma relação diferente entre o corpo feminino e masculino, no qual o homem era visto como um ser completamente desenvolvido e que a mulher possuía a vagina devido à falta de desenvolvimento adequado do seu órgão sexual. Assim a mulher

era vista como um homem invertido, inferior e imperfeita. Essa posição da mulher, apesar de refutada cientificamente, ainda exerce sua influência na sociedade, assim, podemos afirmar que os fatores culturais são capazes de promover a discriminação e o preconceito.

O padrão heteronormativo presente na sociedade, foi inicialmente pautado na necessidade de perpetuação dos indivíduos, conforme aponta os estudos de Pinho e Pulcino (2016), uma vez que para a reprodução humana era estritamente necessária a conjunção carnal entre um homem e uma mulher, e apesar dos diversos modos de reprodução obtidos por meio de estudos no campo da ciência, esse modelo ainda é defendido por uma boa parte da população.

Em 1991 o pesquisador Michael Warner criou o termo

heteronormatividade, palavra que deriva do grego hetero, que significa “diferente” e de norma que é “esquadro”, essa definição teve influências nos princípios abordados por Gayle Rubin (1975) em seu artigo “O tráfico de mulheres” que discutiu sobre o sistema de sexo e gênero. (MENEZES, 2018). As instituições utilizam a heteronormatividade como forma de legitimar a sociedade, privilegiando a prática como sendo a “natural”, o uso do termo também é utilizado como meio dicotômico que categoriza e vincula diretamente a genitália dos sujeitos a sua autoidentidade e comportamento social, ou seja, o comportamento que é esperado de um homem e uma mulher (VERGUEIRO, 2016).

A figura do sujeito homossexual na sociedade surgiu no século XIX (MOLINA, 2011). Antes dessa definição, as relações

afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia, ou seja, possuía a sua caracterização extraída de um fato religioso narrado pela bíblia, fazendo uma ligação entre a cidade de Sodoma, a qual foi exterminada por excesso de pecados de seus moradores, segundo afirma os textos bíblicos, a um comportamento inadequado, o qual poderia levar o indivíduo a sucumbir e perecer, como forma de castigo.

Na segunda metade do século XIX, a relação entre pessoas do mesmo sexo foi definida como prática homossexual, que passou a enquadrar esses sujeitos pertencente a uma nova categorização na sociedade, um novo tipo de indivíduo, diferente do modelo padrão heteronormativo, promovendo assim a categorização e estigmatização pautados como um desvio de norma. Essa defi-

nição influenciou a exclusão desses indivíduos, onde a sociedade passou a impor que vivessem em segredo, para que não fossem excluídos, além de serem obrigados a suportar as dores da segregação social (SILVA, 2006; GREEN, 2000; FOUCAULT, 1988).

Podemos perceber que os padrões de gêneros presentes na sociedade contemporânea são decorrentes do conceito binário entre o homem e a mulher, diretamente associado ao sexo (ARAÚJO, 2005). Essa influência exerce um grande poder sobre os papéis sociais que cada indivíduo deve exercer, associando diretamente o seu sexo ao seu papel social, qualquer manifestação que fuja a esse padrão é vista como prática que não se adequa ao modelo social, o que promove diretamente a segregação e o preconceito.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A

POPULAÇÃO LGBTQIA+

O processo de construção da sociedade é pautado pelo surgimento de diversos movimentos sociais, que buscam a igualdade, entre classes e/ou direitos. Dentre esses processos de modernização, obtidos pela luta de determinadas classes, temos os movimentos que buscam pela igualdade de direitos entre a população LGBTQIA+ e os demais indivíduos pertencentes a sociedade.

Os direitos individuais são necessários para a sociedade como um todo, uma vez que irá refletir nos direitos coletivos, devendo tratar cada um como igual dentro as suas limitações e diferenças (BORRILO, 2015). Uma visão dessa contemporaneidade sobre a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos surgiu em 1948 na Organização

das Nações Unidas (ONU), através da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que trouxe como requisito para pleitear e garantir seus direitos a condição de ser humano, sem fazer distinção de cor, raça, orientação sexual, religião, etnia ou qualquer outra forma de distinção. Os direitos humanos visam proteger o indivíduo contra quaisquer ações que interfiram ou violem a sua dignidade como pessoa humana. O tema sobre orientação sexual e identidade de gênero só foi tratado individualmente pela ONU em 1994, o assunto foi provocado através do julgamento de um caso concreto na Austrália, sobre a criminalização da prática homossexual, na ocasião foi declarado que, qualquer lei que viole os Direitos LGBTQIA+ violam também as leis de Direitos Humanos (SIQUEIRA; MACHADO, 2018).

Podemos destacar, a nível internacional, que o primeiro movimento social voltado na busca por igualdade de direitos, foi a Rebelião de Stonewall (Stonewall Riot), que ocorreu no dia 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, localizado em Greenwich Village, nos EUA, esse ato é considerado como o marco inicial na luta pelos direitos LGBTQIA+, o contexto da rebelião foi contra o cerco realizado pela polícia local que realizava buscas em bares gays, usando de bastante violência, gays, lésbicas, travestis e drag queens participaram desse movimento (FRANCO, 2017). Já no Brasil os movimentos LGBTQIA+ começaram a se formar na década de 70, durante o período da ditadura militar, que ocorreu entre 1964 a 1985 (TOLLOTTI, 2018). No dia 19 de agosto de 1983 ocorreu uma revolta que deu início a consolidação de di-

reitos LGBTQIA+ no Brasil, lésbicas, feministas e ativistas do movimento, realizaram um ato político contra a proibição da veiculação de um jornal que servia como meio de comunicação entre os indivíduos pertencentes a população LGBTQIA+, o ato ficou conhecido como “Stonewall Brasileiro” (FERRAZ, 2017).

O debate em torno de questões envolvendo políticas públicas e direitos da população LGBTQIA+, implica em mudanças diretamente ligadas a costumes, morais, padrões sexuais e conceitos enraizados historicamente na sociedade brasileira (SOUZA, 2015). Mesmo com diversos avanços ocorridos no cenário político e jurídico brasileiro, ainda existem variadas limitações enfrentadas por essa parte da população, o que gera uma grande insatisfação para esses indivíduos. Com a negação

de acesso a alguns direitos, proveniente de deveres, surge uma exclusão social (RAMOS, 2014).

O ativismo LGBTQIA+ no Brasil possui diversas mudanças e reestruturação de seus objetivos, essas alterações ocorreram devido dois fatores: a dinâmicas internas, por meio de uma melhor articulação política de representantes que entendem a necessidade de seus direitos e por meio de dinâmicas externas referente ao âmbitos dos direitos LGBTQIA+ em outros Países, que servem como instrumento de incentivo (PEREIRA, 2016). Em diferentes setores da sociedade, podemos observar os reflexos desses movimentos sociais, como apontam Júlio Simões e Regina Facchini:

As reivindicações do movimento LGBT tem ganhado maior visibilidade atualmente, a ponto de

suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual. Suas estratégias se diversificaram de modo a incorporar a demanda por direitos através do Judiciário, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, a formação de igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e, não menos importante, a construção de alternativas de política lúdica, como as próprias paradas e a organização de saraus, festivais, e mostras de arte, assim como a apropriação de manifestações já bem mais antigas na chamada “comu-

nidade”, como concursos de Miss Gay ou Miss Trans (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 18).

Os movimentos sociais são importantes na busca de direitos e garantias fundamentais, pois a luta é realizada com a participação de indivíduos que estão diretamente ligados aos temas, o que possuem, portanto, conhecimento para tratar desses problemas enfrentados. Podemos afirmar que o período que mais houve modificações acerca de garantias dos direitos da população LGBTQIA+ foi durante o período democrático vivenciado pelo Brasil, que segundo alguns pesquisadores, durou entre 1985 até 2016, quando houve um golpe parlamentar que viria a destituir a então Presidenta Eleita (SANTOS; PEREZ; SZWAKO, 2017).

É importante frisar que,

apesar dos movimentos LGBTQIA+ na década de 1980, que buscou auxílio do Governo na luta contra a epidemia do HIV/Aids, somente em 2004 houve uma maior expressão das entidades governamentais acerca da garantia dos direitos da população LGBTQIA+, por meio do Programa social Brasil Sem Homofobia, que ampliou a agenda política na busca de uma maior cidadania em torno dessa parte da população. Por meio da Carta de Direitos dos Usuários da Saúde, o SUS introduziu em 2006, o direito sobre o uso do nome social pelo qual travestis e transexuais se identificam e escolheram para serem chamados socialmente. Já em 2008 foi instituído o processo Transexualizador, no qual possibilitava o acesso de procedimentos com hormônios e intervenção cirúrgica para a modificação corporal e genital pelo SUS, além de

um acompanhamento multiprofissional (FEITOSA, 2019).

Apesar dos avanços percebidos, podemos apontar que a manutenção de direitos e garantias fundamentais da população LGBTQIA+, vão além da atenção desse grupo pertencente a sociedade, englobando a necessidade de garantir direitos iguais a todos, uma vez que os deveres são únicos a todos os Brasileiros.

É necessário garantir igualdade dentro da realidade na qual cada um está inserido, evitando que seja propagados meios que fomentem a exclusão e o preconceito, esse é um papel importante que deve ser assumido pelo Governo, que tem como função primordial a representação dos interesses de toda a sua população.

OS EFEITOS DO PRECONCEITO NA SAÚDE MENTAL

DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ E A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO.

A luta pela garantia de direitos se estende desde o final do século XIX, consistindo no enfrentamento de diversas questões, como por exemplo contra a criminalização e a patologia dessas condutas referentes a diversidade sexual, e principalmente o combate contra o preconceito (FACCHINI, 2018), que já se diversificou por várias áreas que envolvem a vida da população LGBTQIA+, questionando as suas capacidades físicas, biológicas e mentais.

O desenvolvimento de indivíduos LGBTQIA+, em termos biológicos, ocorrem da mesma forma que os demais seres pertencentes a sociedade, restritos as limitações de cada um (CARDOSO; FERRO, 2012). Já

o desenvolvimento de sua saúde mental possui um fator a mais, relacionado com a compreensão de sua identidade de gênero e reflexos que podem gerar na sua vida em sociedade. Segundo a ONU (2013) a identidade de gênero pode ser compreendida por meio do conceito na qual a pessoa possui sobre si mesma, que se refere diretamente a forma na qual se entende, podendo se apresentar como homem, mulher, ambos ou até mesmo com nenhum gênero. Assim, o indivíduo terá uma própria concepção, se reconhecendo da forma que se achar mais confortável, independente do sexo de nascimento.

Apesar dessa livre concepção que cada um possui e o direito de exercer sobre si, o preconceito social possui bastante expressão, já que é enraizado por questões morais, de costumes e religiosas. Esse preconceito pode

ser manifestado de diversas formas, gerando inúmeras consequências.

No desenvolvimento humano é comum surgir o anseio pelo domínio de sua própria vida, exercendo direitos e seguindo planos traçados para si, logo após a necessidade de educação, importante para adquirir conhecimentos técnicos, é comum a busca de meios de obter a concretização desses sonhos, seja por meio de trabalho formal como fonte de renda.

Essa sonhada realidade pode não ser possível para indivíduos pertencentes da população LGBTQIA+, que caso não estejam de acordo com os padrões heteronormativo exigidos pela sociedade, não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal. Segundo dados levantados pela associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

90% das travestis brasileiras possuem apenas a prostituição como fonte de renda (VIEIRA, 2020). Podemos perceber que a população LGBTQIA+ está sujeita a variadas formas de preconceitos em decorrência dessa não padronização heteronormativo, podendo gerar consequências fisiológicas e psicológicas (CATELAN, 2019). Diversas pesquisas apontam a reduzida expectativa de vida de pessoas LGBTQIA+, quanto mais explícito for o ambiente no qual essa pessoa está inserida, maior será o risco de mortes por suicídio, doenças cardiovasculares e homicídio (BOCKTING ET AL., 2013; LICK, DURSO, & JOHNSON, 2013).

A Psicologia se destaca por ser uma profissão baseada no cuidado com o outro, esse espaço oferecido pelo profissional da Psicologia permite que as dores sofridas por preconceito e repres-

são, ocorridas em alguma fase da vida das pessoas LGBTQIA+ possam tomar um lugar. O contexto no qual os indivíduos LGBTQIA+ estão inseridos geralmente são envoltos de sofrimento, no qual a psicologia surge como um espaço que ofereça acolhimento buscando compreender as influências exercidas pela violência, preconceito e o contexto social na saúde mental (CATELAN, 2018).

Além desse papel específico, a psicologia pode ser utilizada como instrumento de defesa para outras pessoas que de algum modo não se sintam inseridas na sociedade, baseada nos padrões difundidos, contribuindo no combate a estereótipos e distorções relacionados a população LGBTQIA+ (FACCHINI, 2018).

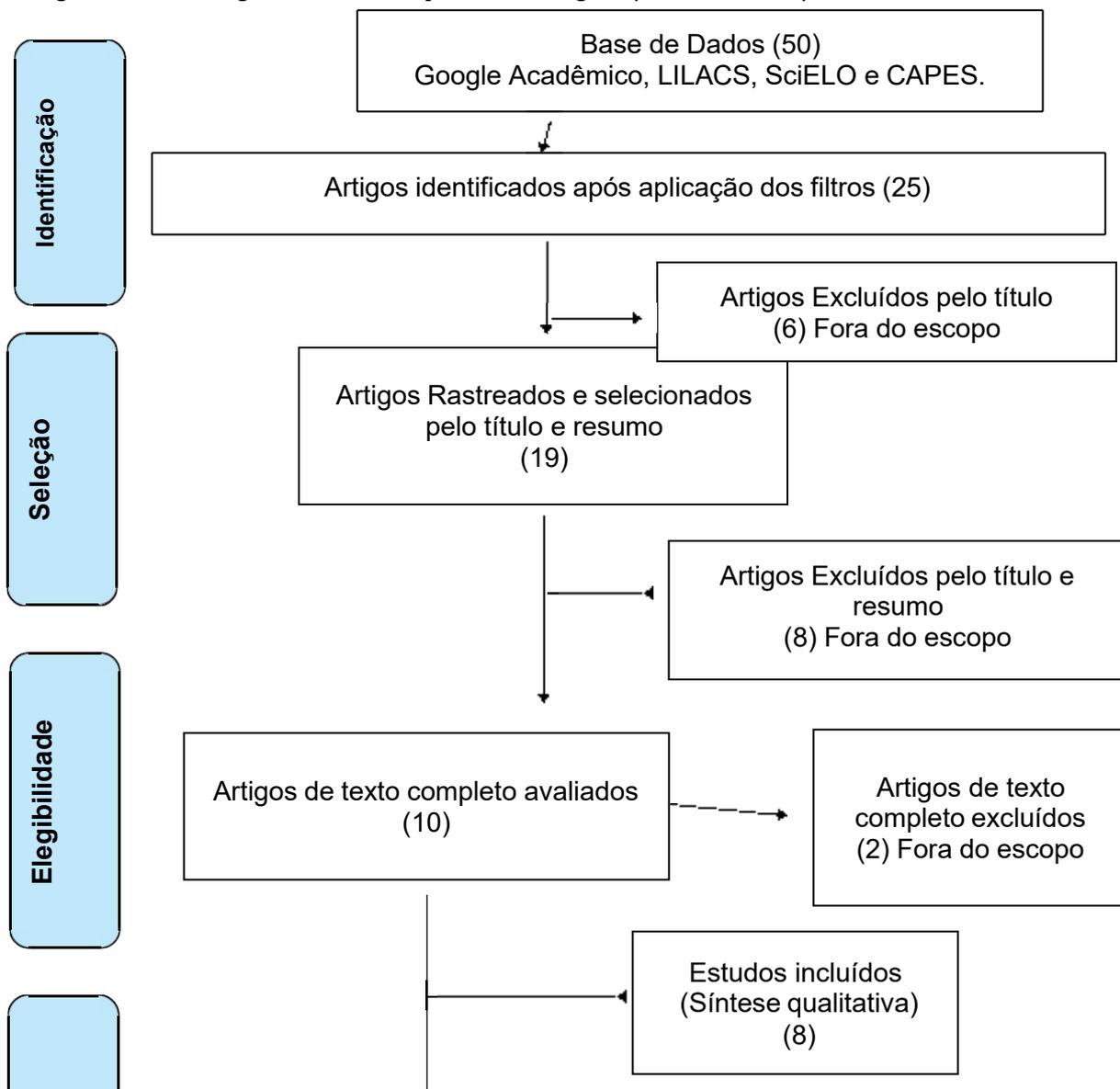
Por meio de uma conduta baseada em fatos científicos, o psicólogo deve agir sempre de acordo com a ciência, tendo

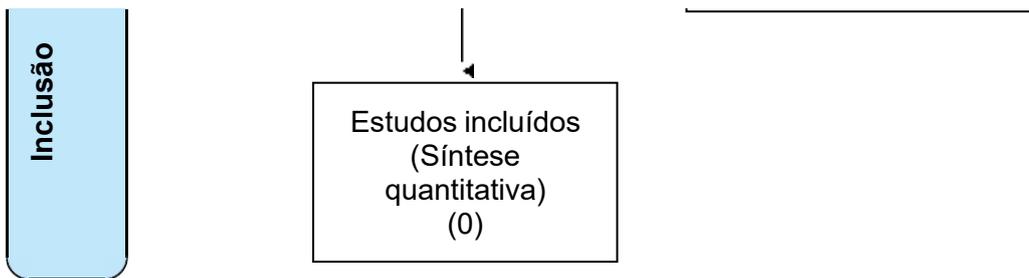
como objetivo a proposta de es-
cutar, acolher e cuidar.

Os artigos analisados
foram selecionados e inclusos na
pesquisa, por serem artigos ori-
ginais, revisões de literatura sim-
ples e sistemáticas.

RESULTADOS

Figura 1 - Fluxograma da seleção dos artigos (*Prisma Flow*)





Fonte: Os autores, 2020 adaptação de MOHER et al., 2009.

Os critérios de elegibilidade foram: a procedência das revistas onde foram indexados, estudos com dados relevantes relacionados aos impactos da hetero normatividade institucional na saúde mental da população LGBTQIA+, ano de publicação e resultados atuais.

Tendo por base a leitura e posterior análise de todo material encontrado, foi possível agrupar informações relevantes dos artigos e que foram organizados inicialmente em tabelas e quadros visando uma melhor compreensão. Temos no quadro 01, exposto a seguir, uma análise dos oitos trabalhos científicos no

qual apresentam quais os impactos gerados pela heteronormatividade institucional na saúde mental da população LGBTQIA+.

Quadro 1. Informações dos estudos que tratam sobre os impactos gerados pela heteronormatividade institucional na saúde mental da população LGBTQIA+.

| Autores/ano | Objetivo | Metodologia | Resultados |
|------------------------------|---|--|---|
| BEZERRA <i>et. al.</i> 2018. | Discutir a saúde mental de homens transexuais diante de suas demandas e refletir como o ambiente social e laboral tem participado e repercutido na saúde mental dos mesmos. | Aplicou-se um questionário on-line com 45 perguntas através da utilização das redes sociais, no caso, o Facebook. Entre os abordados para a pesquisa foi possível interagir com participantes das cinco regiões do Brasil. | A população LGBTQIA+ precisa de políticas públicas voltadas para a segurança de seus direitos na sociedade. Devido as vulnerabilidades no qual são expostos existem diversas carências e traumas que geram problemas de saúde mental. |
| CAMPOS, GUERRA, 2016. | Investigar empiricamente a associação entre o apoio social familiar e o bem-estar de homossexuais. | Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977/2010), levando-se em consideração os dois grupos específicos, que recebem ou não o apoio da família. | Estando o apoio social familiar tão diretamente associado ao bem-estar dos homossexuais, este se torna um tema cujo estudo e divulgação devem ser ampliados para que estes dados possam chegar as famílias com membros homossexuais. |
| CARDOSO; FERRO, 2012. | Contribuir para a reflexão sobre alguns dos fatores que podem interferir de maneira substancial no processo de saúde da população LGBT. | Pesquisa sobre a formação dos agentes da saúde no tema LGBT, assim como da elaboração de ações voltadas para as demandas | Aprofundamo-nos sobre algumas das questões próprias a cada segmento, sublinhando a importância da atenção dos profissionais da saúde frente às |

| | | específicas dessa população. | casos de reações em cadeia que implicam o processo de vulnerabilidade e que conduzem ao adoecimento dessa população. |
|------------------------------|--|---|--|
| Autores/ano | Objetivo | Metodologia | Resultados |
| EUZÉBIO <i>et. al.</i> 2019. | Realização de um entrelace teórico entre saúde mental – pelo referencial dos determinantes sociais de saúde, diversidade sexual e políticas públicas. | Utilizou-se para coleta de dados um questionário online dirigido a pessoas que se reconhecem enquanto lésbicas, gays e bissexuais. Adotou-se a análise estatística descritiva, a fim de elucidar a recorrência e sentido das respostas. | Ressalta-se que a orientação sexual se configura como um fator que afeta a saúde mental da amostra e indica a necessidade de implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas a esse grupo. |
| LESSA <i>et. al.</i> 2020 | Reflexão acerca de algumas questões: como entendemos o conceito de gênero? Por que há a divisão em categorias binárias (feminino e masculino)? Qual a responsabilidade da escola? Quais os mecanismos utilizados pela sociedade e pela escola para punir e tentar adequar quem desvia da norma prevista? | Foram coletados discursos de profissionais da área da educação e de uma transexual líder de um movimento social. | A partir da análise de alguns depoimentos, concluímos que a escola é um lugar formador proporcionando estímulos reforçadores da heteronormatividade e que são reflexos das condutas sociais vigentes entendidas como naturais. |
| SÁ <i>et al.</i> 2020 | Expor os efeitos da educação na desconstrução do preconceito, englobando temáticas como | Uma intervenção realizada com estudantes em classe de uma faculdade privada, no sertão paraibano, | O debate revelou posicionamentos que naturalizavam a heteronormatividade relacionados à |

| | | | |
|----------------------------|---|--|--|
| | diversidade sexual e LGBTQfobia, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista inserida no debate em sala de aula. | com caráter e natureza exploratório-descritiva e abordagem qualitativa, nas quais foram utilizadas frases que remetiam ao preconceito sofrido pelo público LGBTQ+, e realização do debate como ferramenta discursiva. | fragilidade de informação, por parte dos universitários, diantados temas que, consequentemente, perpetuam uma ideologia dominante binária, focada nas percepções do que é masculino e feminino, identidade de gênero e seus papéis sociais, seguido de uma participação de homens-cis mais ativa que mulheres-cis. |
| SOUZA <i>et. al.</i> 2020. | Investigar os impactos do preconceito social e familiar na saúde mental dos indivíduos LGBTs no contexto da contemporaneidade. Especificamente os objetivos foram: compreender os aspectos que estão atrelados ao preconceito vivenciado cotidianamente pelos LGBTs, que na maioria das vezes sofrem também com a falta de amparo familiar. | Realizou-se uma pesquisa bibliográfica no período de setembro à novembro de 2019 nas bases de dados eletrônicas: PePsic, Scielo, repositórios de teses e dissertações das universidades brasileiras, anais de eventos, cartilhas e livros. | Constatou-se que grande parte da sociedade contemporânea ainda possui uma grande intolerância aos LGBTs, o que gera preconceito e consequentemente violência. |
| TOLEDO; PINAFI. 2012 | Promover uma discussão ética sobre as vicissitudes da clínica psicológica com a população LGBT | Através da problematização sobre a construção socio-histórica-cultural da homossexualidade e | O discurso da clínica usualmente orientada para o trabalho com pessoas heterossexuais, |

| | | | |
|-------|--|---|---|
| 2012. | (lesbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). | homossexualidade e da heterossexualidade, as hierarquias das sexualidades e algumas ações terapêuticas na clínica direcionada ao público não-heterossexual, tendo em vista a Resolução do Conselho Federal de Psicologia no 1/99 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a questão da orientação sexual. | pensando de modo crítico o trabalho desenvolvido com sujeitos que transitam entre a vulnerabilidade e a invisibilidade devido a sua dissidência dos preceitos heteronormativos. |
|-------|--|---|---|

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

DISCUSSÃO

Bezerra et al. (2018) abordaram em sua pesquisa tópicos relacionados a homens transexuais, a discussão realizada pelos autores abrange diversas áreas, tais como: políticas públicas, luta por reafirmação e as suas consequências na saúde mental dessa parte da sociedade. Os autores deram ênfase as relações familiares e sociais e de que forma elas podem refletir com

relação a identidade de gênero do indivíduo. Buscando compreender as diversas nuances que envolvem a vida de transexuais, os autores realizaram um debate sobre as políticas públicas existentes e como isso atinge a saúde mental dessa parte da população.

A orientação sexual engloba diversas questões, tais como o campo político e social, na pesquisa realizada por Campos e Guerra (2016), foi suscitado as questões que envolve a psique

de um indivíduo pertencente da população LGBTQIA+. Divergindo do padrão social imposto, a população homossexual (que engloba todos da sigla) são postos no enfrentamento de diversas questões desde a sua compreensão como ser, um ser que não seguirá padrões tidos como normais, mas compartilha de todas as sensações e funções biológicas de qualquer outro ser humano. O estudo propôs associar a relação que existe entre a constituição familiar de indivíduos LGBTQIA+, tendo como pauta a família e sociedade como agentes transformadores.

Todo ser humano possui direitos e deveres constituídos em leis que visam garantir a sua dignidade como ser humano. No trabalho desenvolvido por Cardoso e Ferro (2012), os autores buscam realizar uma discussão sobre a infringência que esses

direitos e deveres sofrem devido a população LGBTQIA+ ser considerada como parte diferente da sociedade heteronormativa. A pesquisa indica quais os fatores que contribuem para que ocorra o desrespeito a norma basilares, apontando assim indícios que possam ajudar na identificação de um processo de exclusão, o estudo possui como foco proporcionar a elaboração de práticas voltadas para a política de saúde da população LGBTQIA+.

Euzébio, Bastos e Santini (2019), propõem em sua pesquisa a realização de um debate que envolve a concepção da saúde mental e a vivência da diversidade sexual na sociedade atual. A sociedade é pautada em pilares que pregam a heteronormatividade, eivados de conceitos culturais que amplificam e perpetuam práticas preconceituosas contra a população LGBTQIA+. Assim

os autores apontam sobre a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que possam assegurar uma qualidade de vida para essa parte da sociedade.

Lessa, Strey e Eggert (2020), realizam em sua pesquisa a reflexão de algumas questões envolvendo a população LGBTQIA+ e sua relação com os demais indivíduos pertencentes a sociedade, buscando discutir sobre práticas e costumes que possam levar ao surgimento de preconceito e exclusão. As questões suscitadas no trabalho envolvem perguntas que visam responder aos seguintes questionamentos: como entendemos o conceito de gênero? Por que há a divisão em categorias binárias? Qual a responsabilidade da escola? Quais os mecanismos utilizados pela sociedade e pela escola para punir e tentar adequar quem desvia da norma prevista?

O objetivo da pesquisa realizada por Sá et al. (2020) é apresentar quais os efeitos proporcionados pela educação na busca por igualdade e respeito na sociedade. Os autores realizam o seu estudo tendo como enfoque a prática interventiva proporcionada pela educação, como meio possível de democratização, provocar o diálogo consciente e a reflexão dos indivíduos sobre questões que envolvam a exclusão e o preconceito normatizado.

Souza et al. (2020), abordam em sua pesquisa os impactos gerados pelo preconceito em prol da população LGBTQIA+, servindo como forma de exclusão desses indivíduos junto aos demais pertencentes a sociedade. Os autores discutem sobre questões envolvendo o preconceito social e familiar e o seu reflexo na saúde mental dessa parte da sociedade, apontando a impor-

tância do profissional da psicologia no cuidado da saúde mental da população LGBTQIA+.

Toledo e Pinafi (2012) discutem em seu trabalho o conceito construído na sociedade responsável por gerar um processo de subjetivação, apontando sobre a necessidade de questionamento crítico de pessoas heterossexuais sobre questões que envolva os demais indivíduos pertencentes na sociedade, delimitando nesse contexto a relação entre a população LGBTQIA+ e os demais indivíduos.

Nos trabalhos desenvolvidos por Bezerra et al. (2018); Campos e Guerra (2016); Cardoso e Ferro (2012); Euzébio, Bastos e Santini (2019); Lessa, Strey e Eggert (2020); Sá et al. (2020); Souza et al. (2020); Toledo e Pinafi (2012); foi possível compreender que a população LGBTQIA+ carece de políticas públi-

cas voltadas para a sua segurança como indivíduo pertencente a sociedade. Devido a conceitos pautados na heteronormatividade institucional, tão presente na sociedade, essa parte da população são expostos a diversas mazelas, motivadas pela situação de vulnerabilidade familiar e social, levando a um adoecimento físico e mental.

Bezerra et al. (2018) destacam a necessidade na promoção da cidadania, por meio do SUS – Sistema Único de Saúde; Escolas; Empresas públicas e privadas. Corroborando com esse pensamento, Lessa, Strey e Eggert (2020) apontam o núcleo familiar com um dos principais meios de violação de direitos da população LGBTQIA+, os autores defendem a importância de uma educação como forma de contornar preconceitos presentes na sociedade, oriundos de uma

cultura que exclui o diferente.

Campos e Guerra (2016) relatam sobre a proximidade que existe entre a família e a forma que uma pessoa LGBTQIA+ lida com a sua sexualidade. Nas pesquisas realizadas pelos autores, é necessário um aconselhamento para essas famílias, e que essas famílias possam lidar de forma mais humana com questões envolvendo membros homossexuais. Toledo e Pinafi (2012), afirmam esse pensamento discutido pelos autores, reforçando sobre a importância que a família exerce na aceitação desses indivíduos. Todos os autores apontam a educação como mecanismo capaz de transformar e modificar pensamentos institucionais relacionados ao preconceito e que leva ao colapso da saúde mental da população LGBTQIA+.

As pesquisas realizadas por Bezerra et al. (2018); Campos

e Guerra (2016); Cardoso e Ferro (2012); Euzébio, Bastos e Santini (2019); Lessa, Strey e Eggert (2020); Sá et al. (2020); Souza et al. (2020); Toledo e Pinafi (2012); destacam sobre a importância do acompanhamento psicológico de um profissional devidamente qualificado, para ajudar durante o processo de conhecimento e aceitação. Que ocorre de forma ambígua, da família para o indivíduo e do indivíduo para a família, em todos os estudos é possível verificar a importância que existe no apoio familiar para um membro LGBTQIA+, ajudando no desenvolvimento de suas relações interpessoais e familiar.

Podemos perceber, com base nos artigos analisados, que a população LGBTQIA+ é afetada de forma negativa por irem contra os padrões sexuais difundidos como dominantes na sociedade. A heteronormatividade institu-

cional tem o poder de causar um alto impacto na saúde mental da população LGBTQIA+, assim, é necessário a prática de políticas públicas, que possam conscientizar por meio da educação toda a sociedade, para que dessa forma sejam superados esses conceitos retrógados tão presentes.

É pertinente apontar, conforme verificado nos trabalhos de Bezerra et al. (2018); Campos e Guerra (2016); Cardoso e Ferro (2012); Euzébio, Bastos e Santini (2019); Lessa, Strey e Eggert (2020); Sá et al. (2020); Souza et al. (2020); Toledo e Pinafi (2012); analisados, que a importância do Psicólogo não é apenas durante a transição/aceitação, mas sim como meio de educação, que servirá para coibir a continuidade de práticas preconceituosas que atingem a população LGBTQIA+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cuidados para com a população LGBTQIA+ são historicamente negligenciados, inclusive, quando se trata do âmbito de saúde pública. Diante disso, é válido ressaltar que o acesso aos serviços básicos de saúde para esse nicho da população é extremamente injusto e excludente, o que acaba por tornar o grupo LGBTQIA+ bastante vulnerável. A construção heteronormativa implica em minimizar as necessidades da comunidade LGBTQIA+, e, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos a saúde mental desses indivíduos, e como isso influencia na construção das relações interpessoais.

Há um campo específico dentro das políticas públicas, que visa incluir e assegurar a garantia de direitos desses indivíduos.

Dentre eles, é possível destacar o programa Brasil sem Homofobia, a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde e a Política Nacional Integral dos LGBTQIA+, são todos programas de apoio a população vulnerável.

De acordo com os bons posicionamentos teóricos dos programas de saúde há ainda um déficit dentro da comunidade LGBTQIA+, pois, de acordo com as consequências sentidas por esses indivíduos, ainda existem padrões heteronormativos que permeiam a saúde da população LGBTQIA+, e isso caracteriza um provável atendimento discriminatório, ou seja, são necessárias políticas efetivas de segurança a saúde dessa comunidade, tanto quanto profissionais que fujam dos padrões hetero-cis de ajuda, nesse sentido, há necessidade de um enfrentamento de fato a homofobia e ao padrão

heteronormativo de atendimento aos serviços de saúde.

Sendo assim, é perceptível que a presente pesquisa abordou o assunto de maneira sucinta, mesmo havendo uma escassez de referências que dificultaram a abordagem. Dessa forma, os assuntos aqui abordados, tem como intuito estimular mais pesquisas que fomentem a inclusão e a formação de políticas efetivas que aproximem a comunidade LGBTQIA+ de uma saúde pública de qualidade.

REFERENCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicol. clin.* vol.17 no.2 Rio de Janeiro 2005

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacio-



- nal de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT. Brasília, 2009.
- BEZERRA; Daniel Sarmiento; BEZERRA, Ana Karla; SOUZA, Roberto Cezar Maia de; NOGUEIRA, Waléria Bastos de Andrade Gomes; BONZI, André Ricardo Bezerra; COSTA, Lidiana Medeiros Mendes da. Homens Transexuais: Invisibilidade Social e Saúde Mental. Temas em Saúde, vol. 18, n.1. João Pessoa, 2018
- BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CAMPOS, Laís Sudré; GUERRA, Valeschka Martins. Ajustamento familiar: associações entre o apoio social familiar e o bem-estar de homossexuais. Psic. Rev. São Paulo, volume 25, n.1, p. 33-57, 2016
- CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. Psicologia: Ciência e Profissão, vol. 32, ed.3, p. 552-563, 2012.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004
- EUZÉBIO, Paula Montenegro; BASTOS, Cinthya Ferreira; SANTINI, Paolla Magioni. Saúde Mental de Lésbicas, Gays e Bissexuais: Reflexões pertinentes às políticas públicas. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2019.

FRANCO, L. N. Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT+: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GREEN, J. N. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAQUEUR, Thomas. Inventan-

do o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LESSA, Adriana da Silva; STREY, Marlene Neves; EGGERT, Edla. Reafirmação Heteronormativa: um olhar para o documentário “Escola Sem Preconceitos. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade. Naviraí, v. 7, n. 14, p. 280-294, 2020.

MENEZES, S. P. Quando o território desconstrói o mapa: um encontro entre ciências sociais, arte e comunicação. 2018. 284 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historio-

grafia e trajetória do movimento homossexual. *Antíteses*, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011.

PINHO, Raquel; PULCINO, Rachel. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v.42, n. 3, p. 665-680, jul./set. 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa; PEREZ, Olívia & Szwako, José. 2017. “Gêneros da participação’: refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal”. *Estudos de Sociologia*, Recife. Vol. 2, nº 23, p. 19-74.

SANTOS, Welson Barbosa; BORGES, Marisa; ALMEIDA, Juliano da Silva Martins De.

Adolescência heteronormativa masculina: um enfrentamento com possibilidade de suicídio. *Revista Educação e Políticas em Debate* – v. 2, n.2, p. 499-515, jul./dez. 2013.

SÁ, Anderson Alexandre de Araújo; OLIVEIRA, Kasandra Campos de; LIMA, Laysa Maria Barauna; TEMÓTEO, Lúcia Maria. *Diversidade Sexual e LGBTQFOBIA: Desconstruindo O Preconceito Na Academia*. 4º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, 2020.

SOUZA, Alini Basso de; ALVES, Giovana Durigon; SILVEIRA, Luciana de Andrade; OLIVEIRA, Luiza Constante; LAZZARETTI, Luiza Nicole; BATTISTI, Suélen Cossetin; CARLESSO, Janaína Pereira Pretto. Os impactos do preconceito social e familiar na saúde

mental das lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 4, 2020

SILVA, A. S. Marchando pelo arco-íris da política: a Parada Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. ver., atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TOLEDO, Livia Gonsalves; PINAFI, Tânia. A clínica psicológica e o público LGBT. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 137 – 163, 2012

TOLOTTI, Eduarda. A questão de gênero no sistema penitenciário: o tratamento jurídico penal brasileiro aos detentos pertencentes ao grupo LGBT+. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2018.

TURATO, E. R. Método qualitativo e quantitativo na área da saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. *São Paulo: Revista Saúde Pública*, v. 39, n 3, p. 507-514, 2005.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões de coloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise auto etnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2016.

VIANA, Maria José Soares. *Discriminação e Experiência de*



Desigualdade Social: Impacto na
Saúde Mental. Universidade Lu-
sófona do Porto, 2019.